Cartografia e dinâmicas socioeconómicas dos estudantes do ensino superior do Grande Porto e Grande Lisboa

EDULOG

FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO

IDENTIFICAÇÃO

Título

Cartografia e dinâmicas socioeconómicas dos estudantes do ensino superior do Grande Porto e Grande Lisboa

Identificação dos proponentes

António Magalhães
Maria José Sampaio de Sá
CIPES – Centro de Investigação Políticas do Ensino Superior
(Coordenadora)

APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS

A participação dos indivíduos no ensino superior constitui um indicador importante do nível de desenvolvimento do país (OCDE, 2021). O objetivo de capacitar os/as estudantes com as competências necessárias para a sua integração no mercado de trabalho e para o seu desenvolvimento pessoal e social é uma prioridade consensual. A consecução deste desiderato, porém, depende não só dos processos e estruturas dos sistemas e das instituições de ensino superior (IES), mas também das condições daqueles/as que, como estudantes, possuem para desenvolver a sua formação. É esta última dimensão que está no centro deste projeto.

Em 1997, o CEOS - Investigações Sociológicas (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) levou a cabo, a pedido do Conselho Nacional para a Ação Social no Ensino Superior, aquele que foi o primeiro estudo abrangente destinado a avaliar o perfil socioeconómico dos estudantes do ensino superior em Portugal e a respetiva adequação entre este e as atividades e serviços disponibilizados pelos Serviços de Ação Social das IES. O estudo visava, não apenas providenciar um retrato social da população estudantil, mas, também, e por essa via, informar o desenvolvimento das políticas de Ação Social Escolar passíveis de lhe darem resposta. Assim, o estudo em causa procurou caracterizar as origens sociais dos estudantes, confrontando, posteriormente, essa informação com os respetivos subsistemas de ensino e com as especificidades das populações que compunham o universo do ensino superior no que concerne às necessidades de habitação (estudantes deslocados) e apoios sociais.

Mais recentemente, em outubro de 2021, a Direção-Geral de Ensino Superior (DGES) publicou o "Inquérito às Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior, em Portugal, 2020", estudo esse realizado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE), tendo por base o inquérito aos estudantes do ensino superior efetuado no âmbito da participação portuguesa no projeto europeu EUROSTUDENT VI.

Este último estudo, mais do que se centrar numa mera determinação e caracterização de lugares de classe e dos apoios sociais disponibilizados, ofereceu um enquadramento mais vasto, que procurou analisar, de forma sistemática, a realidade nacional dos estudantes do ensino superior segundo uma lógica que considerava não só diversidade de recursos, mas, também, os percursos e a capacidades de autonomia evidenciada pelos/as estudantes.

Neste contexto, o estudo agora proposto visa centrar a abordagem acima mencionada à escala dos dois maiores centros populacionais do país, de forma a contribuir para a construção de políticas - do Estado central, das autarquias e das IES - que promovam a melhoria da vida dos estudantes do ensino superior no Grande Porto (GP) e Grande Lisboa (GL). Trata-se, assim, de saber quem são, onde estão, como vivem, como se deslocam e de que condições de apoio beneficiam os/as estudantes do ensino superior das áreas do GP e6 GL. Este estudo visa, também, caracterizar as políticas de fixação do número de vagas nas IES do GP e GL, no sentido de contribuir para a análise e enquadramento dos principais problemas com que os/as estudantes destas áreas se confrontam.

Assim, esta proposta de investigação pretende cobrir os seguintes aspetos: identificação do perfil socioeconómico dos/as estudantes do ensino superior do GP e GL; a sua distribuição geográfica e os seus padrões de deslocação; as suas condições de vida; apoios sociais aos/às estudantes do ensino superior do GP e GL.

Como objetivos específicos desta investigação elencam-se os seguintes:

Perfil socioeconómico dos/as estudantes do ensino superior do GP e GL

1. Conhecer os/as estudantes que frequentam as IES do GP e GL, através de uma caracterização socioeconómica do seu perfil;
2. Conhecer a realidade socioeconómica dos/as estudantes da 1.ª, 2.ª e 3.ª fases, no sentido de se perceber se as desistências da 1.ª para a 2.ª fase se relacionam com aquela realidade;
3. Identificar os/as estudantes deslocados.

Distribuição geográfica e dinâmica populacional dos/as estudantes do ensino superior do GP e GL

4. Mapear a população de estudantes do Ensino Superior residentes no GP e GL, em particular nos municípios do Porto e de Lisboa, e nos seus concelhos periféricos;
5. Identificar os locais de maior densidade estudantil;
6. Perceber se os estudantes se fixam no GP e GL aquando do término do 1.º ciclo de estudos e se existem expectativas para ficar a viver nas cidades após este período.

Padrões de deslocação dos/as estudantes do ensino superior do GP e GL

7. Identificar o padrão de deslocações dos/as estudantes do ensino superior do GP e GL (motivo de deslocações, meios de transporte utilizados (linhas de metro, autocarros, elétricos, comboios, trotinetes e bicicletas), distância percorrida e tempo despendido), as

suas expectativas sobre a utilização de transporte individual ou transporte público, a opinião sobre a rede de transportes públicos e a ligação a redes de ciclovia.

Condições de vida dos/as estudantes do ensino superior do GP e GL

8. Identificar onde e com quem vivem os estudantes do ensino superior do GP e GL (casa dos pais, residência dos Serviços de Ação Social, residência privada, quarto alugado, ...), bem como aferir as condições habitacionais (conforto, acesso à internet, espaço de estudo, ...).

Apoios sociais aos/às estudantes do ensino superior do GP e GL

9. Identificar as respostas da ação social direta e indireta, nomeadamente, a oferta de cantinas e de alojamento, e analisar se estas se ajustam às necessidades.

Com a consecução destes objetivos, pretende-se responder às seguintes questões:

- Qual a realidade socioeconómica e a situação de vida dos/as estudantes do ensino superior do GP e GL?
- Onde vivem e como se deslocam diariamente?
- Que respostas de ação social existem, no sentido de colmatarem as necessidades de bem-estar (do ponto de vista socioeconómico, psicológico e de saúde) dos/as estudantes?
- Qual a cobertura de alojamento, dos serviços de alimentação e da rede de transportes?
- Como se relacionam estas questões com a política de fixação de vagas no GP e GL?

ENQUADRAMENTO DO ESTUDO

O PERFIL DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL INTERNACIONAL

A composição da população estudantil ao nível europeu é caraterizada pela diversidade em termos de género, idade, qualificações académicas anteriores, experiência de trabalho prévia, condições socioeconómicas, situação face ao alojamento, e qualificações académicas dos pais e condições socioeconómicas (DZHW, 2021). Como tal, as experiências académicas dos estudantes são, igualmente, diversificadas, e as políticas de acesso, frequência e sucesso do ensino superior deverão considerar essa multiplicidade de perfis. Esta crescente diversificação dos perfis dos estudantes tem sido objeto de atenção aos diferentes níveis. Com efeito, no mais recente Comunicado de Bolonha (Rome Communiqué, 2020), os ministros responsáveis pelo ensino superior adotaram os Princípios e Diretrizes para a Dimensão Social, reiterando a intenção de promover e facilitar a criação de um corpo discente que reflita o perfil social heterogéneo das sociedades do Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES) e sublinhando a necessidade de estabelecer um ambiente de ensino superior inclusivo que promova a equidade e a diversidade. Do mesmo modo, tornar a educação e a formação mais inclusivas constitui um objetivo claramente assumido a nível europeu com vista ao Espaço Europeu da Educação em 2025 (DZHW,2021).

No sentido de enquadrar as dimensões e os objetivos deste estudo, especificam-se a seguir as variáveis que permitem particularizar a diversidade dos discentes do ensino superior em termos internacionais e comparativos.

A população estudantil do ensino superior europeu, no que se refere à variável género, tem vindo a revelar uma tendência de "feminização". Os homens constituem a maioria dos estudantes matriculados em programas de estudos das áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, enquanto o número de mulheres é superior nas áreas das humanidades, ciências sociais e formação de professores (OCDE, 2021). Em média, na OCDE, 52% das mulheres mais jovens possuem qualificações de nível superior, em comparação com 39% dos homens mais jovens, e a disparidade média de género em favor das mulheres mais jovens sofreu um aumento entre 2010 e 2020. Entre os países com dados comparáveis entre 2010 e 2020, apenas na Costa Rica, França, Finlândia, Letónia e Estados Unidos a diferença de género diminuiu na última década (OCDE, 2021). A questão da igualdade de género reveste-se de especial relevância à luz do 5.º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (United Nations, online), que preconiza a necessidade de as sociedades mundiais promoverem a igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres (DZHW, 2021).

A variável **idade** constitui uma das distinções mais características entre as populações estudantis no EEES, apresentando uma variação significativa entre países, o que a torna uma proxy importante, quer na análise das circunstâncias dos estudantes, quer na elaboração de políticas relacionadas com os estudantes (DZHW, 2021). As populações estudantis com idades mais jovens encontram-se na Albânia, França, Geórgia, Sérvia e Eslováquia, onde 80% dos estudantes têm idades inferiores a 25 anos. Por outro lado, países como a Finlândia, a Islândia e a Suíça têm uma maior percentagem de estudantes com 30 ou mais anos a frequentar o ensino superior. Em Portugal, juntamente com a Irlanda, Malta, República Checa e Croácia, a percentagem de estudantes com 25 anos ou mais ronda os 28% (DZHW, 2018).

No que se refere às **qualificações académicas anteriores** à entrada no ensino superior, a grande maioria dos estudantes detém as qualificações mínimas de acesso ao ensino superior em vigor em cada país, com percentagens que variam entre 100 e 87% entre os países participantes no estudo Eurostudent[1] (DZHW, 2021).

Relativamente à variável **experiência de trabalho prévia**, 61% dos estudantes possuem experiência (ocasional ou periódica) profissional anterior à sua entrada no ensino superior. As percentagens totais de estudantes com qualquer tipo de experiência de trabalho são mais elevadas na Islândia, Dinamarca, Suécia e Noruega, onde mais de três quartos dos estudantes desenvolveram uma atividade profissional antes de se matricularem no ensino superior. Em comparação com os outros países, relativamente poucos estudantes na Croácia (42%), França

[1] Albânia, Alemanha, Áustria, Croácia, Dinamarca, Eslovénia, Estónia, Finlândia, França, Geórgia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, República Checa, Roménia, Suécia, Suíça, Turquia (DZHW, 2021).

(40%), Luxemburgo (40%), Geórgia (19%), Portugal (40%), Turquia (38%), Roménia (38%) e Itália (21%) possuem algum tipo de experiência profissional anterior ao ingresso no ensino superior. Por outro lado, e em termos gerais, a percentagem de estudantes que trabalharam regularmente antes de ingressarem no ensino superior é muito maior entre os/as estudantes da via de acesso alternativo do que entre os/as da via de acesso normal (DZHW, 2021).

No que concerne a **situação dos estudantes face ao alojamento**, os estudantes nos países onde o estudo do Eurostudent foi realizado vivem, predominantemente, fora da casa dos pais. Em três quartos dos países, a maioria dos estudantes não vive com os pais e, em todos os países da OCDE, cerca de um terço dos estudantes vive com os pais. Em alguns países, no entanto, o permanecer na habitação dos pais é particularmente comum. Em Malta, Geórgia, Luxemburgo, Itália, Roménia e Portugal, a maioria dos/as estudantes vive com os pais. Esta situação ocorre com mais de metade de todos/as os/as estudantes no Luxemburgo, Roménia e Portugal (DZHW, 2021).

Em termos das **qualificações académicas dos pais**, em média, um pouco mais de metade dos pais dos estudantes possui um diploma de nível superior (51%). As maiores percentagens de estudantes cujos pais não frequentaram o ensino superior persistem em Malta, Croácia, Polónia, República Checa, Luxemburgo, Turquia, Itália, Portugal e Roménia - países em que entre metade e cerca de três quartos dos pais dos estudantes não possuem um nível superior (DZHW, 2021).

No que se refere às **condições socioeconómicas** dos estudantes, constata-se que, em vários países (e.g., França, Suécia, Finlândia, Estónia, Alemanha, Dinamarca e Noruega), os estudantes de famílias com qualificações académicas mais elevadas têm maior probabilidade de ingressar e concluir o ensino superior. Do mesmo modo, o rendimento familiar e a riqueza exercem uma forte influência no nível educacional entre gerações em famílias nos diferentes países. Para além do acesso, os estudantes de origens sociais mais desfavorecidas tiveram trajetórias menos estáveis no ensino superior (DZHW, 2021).

CARATERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS E OFERTAS FORMATIVAS NO GP E GL

O sistema de ensino superior português é binário, integrando o ensino universitário e o ensino politécnico, e é ministrado em instituições de cariz público e privado. O ensino universitário inclui as universidades, os institutos universitários e outros estabelecimentos de ensino universitário. O ensino politécnico compreende os institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino politécnico.

O sistema de ensino superior português é binário, integrando o ensino universitário e o ensino politécnico, e é ministrado em instituições de cariz público e privado. O ensino universitário inclui as universidades, os institutos universitários e outros estabelecimentos de ensino universitário. O ensino politécnico compreende os institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino politécnico.

O ensino politécnico, por seu lado, orienta-se por uma perspetiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos, frequentemente das regiões onde estes estabelecimentos de ensino operam, e visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais Relativamente à oferta educativa atualmente existente em Portugal por subsistema e tipo de ensino, verifica-se que, em 2021, existiam em Portugal 106 estabelecimentos de ensino superior, sendo 15,1% (16) do tipo de ensino público e universitário incluindo a Universidade Aberta e Instituto Militar, 18,8 % (20) público e politécnico, 20,7 % (22) privado e universitário e 45,28 % (48) privado e politécnico.

A área metropolitana do Porto - formada pelas regiões do Entre Douro e Vouga, Tâmega e GP - detinha 27,5% (32) de todos os estabelecimentos nacionais, sendo 12,5% (4) estabelecimentos do subsistema público e 28 (87,5%) estabelecimentos do subsistema privado. Por seu lado, a área metropolitana de Lisboa - formada pelas regiões da Península de Setúbal e da GL - detinha 31,8% (37) de todos os estabelecimentos nacionais, sendo 29,7% (11) estabelecimentos do subsistema público e 26 (70,3%) estabelecimentos do subsistema privado. (Quadro 1).

Quadro 1 -Estabelecimento de ensino superior: total e por subsistema de ensino

	Subsistema		Tipo de ensino*	
	Público	Privado	Universitário	Politécnico
Portugal Continental	36	70	38	68
Norte	10	34	13	30
Grande Porto	3	23	9	17
Centro	10	8	7	11
Área Metropolitana de Lisboa	11	26	16	21
Grande Lisboa	10	22	14	19
Alentejo	4	1	1	4
Algarve	1	2	2	2

* A discrepância no número de IES por subsistema e tipo de ensino deve-se ao facto de que algumas IES possuem oferta de ensino universitário e politécnico.

A análise da evolução do corpo discente por subsistema de ensino ao longo dos últimos 10 anos (2011-2021) revela que, no último ano do intervalo, 81,3% dos e das estudantes estavam a frequentar o ensino superior público e 18,7% o ensino superior privado. Relativamente ao ano de 2011, verificou-se um aumento do número de estudantes do ensino superior em Portugal, com uma taxa de variação global de 3% (2,4% para o ensino superior público e 5,9% para o ensino superior privado). A mesma análise, mas agora por tipo de ensino, revela que, em 2021, 63,4% dos estudantes frequentavam o ensino universitário 36,6% frequentavam o ensino politécnico. Por comparação com o ano de 2011, verificou-se uma taxa de variação de 2,3% para o ensino superior universitário e 4,4% para o ensino superior politécnico (DGEEC [Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência], online, a) (Quadro 2).

Quadro 2 - Alunos matriculados no ensino superior: total, por subsistema e por tipo de ensino

Tipo de ensino/Natureza e tipo de ensino	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
TOTAL	**403 445**	**397 337**	**378 453**	**370 996**	**358 450**	**358 193**	**361 943**	**372 753**	**385 247**	**396 909**	**411 995**
Inscritos no Ensino Superior	**396 268**	**390 273**	**371 000**	**362 200**	**349 658**	**356 399**	**361 943**	**372 753**	**385 247**	**396 909**	**411 995**
Universitário	253 558	253 059	245 752	242 875	234 373	234 614	235 214	241 235	247 867	253 460	261 299
Politécnico	142 710	137 214	125 248	119 325	115 285	121 785	126 729	131 518	137 380	143 449	150 696
Público	**307 978**	**311 574**	**303 710**	**301 654**	**292 359**	**297 884**	**302 596**	**308 489**	**316 189**	**323 754**	**335 139**
Universitário [d]	193 106	197 912	197 036	198 380	191 707	191 633	192 201	195 199	199 388	202 188	208 227
Politécnico [e]	114 872	113 662	106 674	103 274	100 652	106 251	110 395	113 290	116 801	121 566	126 912
Privado	**88 290**	**78 699**	**67 290**	**60 546**	**57 299**	**58 515**	**59 347**	**64 264**	**69 058**	**73 155**	**76 856**
Universitário [d]	60 452	55 147	48 716	44 495	42 666	42 981	43 013	46 036	48 479	51 272	53 072
Politécnico [e]	27 838	23 552	18 574	16 051	14 633	15 534	16 334	18 228	20 579	21 883	23 784

Fonte: DGEEC (online, a).

Ainda de acordo com os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, do total de estudantes do ensino superior inscritos no ano letivo de 2020/21, o número de residentes em Portugal foi de 378.300 (DGEEC, online). Considerando-se somente os estudantes inscritos em IES localizadas no Grande Porto e na Grande Lisboa, verifica-se que as IES destas regiões abrangem, respetivamente, 20% e 33,1% do total de inscritos (DGEEC, online) (Quadro 3).

Quadro 3 - Total de estudantes do ensino superior inscritos no ano letivo de 2020/21 (residentes em Portugal)

	Município da IES	Estudantes inscritos em 2020/21 com residência em Portugal
Grande Porto	**Total**	75.900
	Maia	4.966
	Matosinhos	5.584
	Oliveira de Azeméis	802
	Porto	58.075
	Vila do Conde	1.653
	Vila Nova de Gaia	4.820
Grande Lisboa	**Total**	125.395
	Amadora	418
	Cascais	4.998
	Lisboa	114.195
	Odivelas	571
	Oeiras	5.023
	Sintra	190

Fonte: DGEEC (online, a).

Em termos da população com formação académica de nível superior, a proporção de adultos de 25-64 anos com ensino superior varia entre os 16% na região da Região Autónoma dos Açores e

os 38% na região da Área Metropolitana de Lisboa, uma variação regional que é semelhante à média da OCDE (OCDE, 2021).
No que se refere às dotações orçamentais para ação social no ensino superior público, em 2019, o seu valor ascendeu a € 185.848.773,20, sendo € 69.858.586,90 oriundas do orçamento do Estado e € 115.990.186,40 de receitas próprias. Este indicador revela uma grande oscilação ao longo dos últimos anos (-4,2% do total, -43,5% do orçamento do Etado e 64,9% de receitas próprias) (Pordata, online).

No que se refere às despesas com bolsas de ação social do ensino superior, em 2020, esta despesa ascendeu a € 113.779.160,80, € 99.518.371,60 (88,1%) dos quais no subsistema público e € 14.260.789,20 (11,9%) no privado. Durante o período entre 2011 e 2020, assistiu-se a uma diminuição deste tipo de despesa, com uma taxa de variação de -12,4% no subsistema público e -7,5% no privado.

CARATERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

No ano de 2021, a percentagem de mulheres matriculadas no ensino superior era superior à dos homens (54,1% e 45,9%, respetivamente).

No ano letivo de 2021/22, até março de 2022, foram apresentados à DGES 101.502 pedidos de atribuição de bolsas de estudo. Destes, 86,14% dos requerimentos eram provenientes de IES pertencentes ao setor público (DGES, online).

Em 2020 (últimos dados disponíveis), um total de 79.249 (15,2%) estudantes do ensino superior português usufruíam de bolsa de estudo. Destes, 69.029 (87,1%) pertenciam ao subsistema de ensino público e os restantes 10.220 (12,9%) pertenciam ao subsistema de ensino privado. Estes números revelam uma taxa de variação de 9,2% relativamente a 2010 para o ensino privado e 9,3% para o ensino politécnico (DGES, online).

A este propósito, verifica-se, igualmente, uma diferença relevante na percentagem de estudantes com bolsa de ação social em cada subsistema, o que poderá sugerir que os estudantes do subsistema politécnico provêm de um contexto socioeconómico relativamente mais desfavorecido. Esta observação alinha-se com a informação relativa à educação dos pais, um indicador igualmente relevante da situação socioeconómica da família. A proporção de estudantes inscritos no ensino superior universitário público cujo pai/mãe tem formação académica de nível superior é o dobro da encontrada no ensino politécnico público, situação que se verifica, igualmente, no ensino privado (Sá, Sin, Pereira, Aguiar, & Tavares, 2021).

Em termos da distribuição dos bolseiros por IES, verifica-se que as universidades têm uma menor proporção de bolseiros entre os seus alunos do 1.º ano 1.ª vez do que os institutos politécnicos, o que sugere que os estudantes que frequentam as universidades são oriundos de contextos socioeconómicos mais favorecidos. Por outro lado, os dados relativos às bolsas revelam as disparidades económicas entre as várias regiões do país, já que a Universidade Nova de Lisboa, a

Universidade de Lisboa e o ISCTE têm proporções de bolseiros consideravelmente inferiores às das restantes IES a nível nacional (Sá et al., 2021).

No que se refere à **mobilidade dos estudantes**, estudos mostram que, no momento da candidatura ao ensino superior e da escolha da instituição, estes preferem, na sua maioria, a IES do distrito onde residem. Com efeito, em distritos como os de Aveiro, Braga, Évora, Lisboa, Vila Real, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, verifica-se que a IES mais preferida é a que se localiza no próprio distrito. Esta escolha recai, em primeiro lugar, nas universidades, e apenas nos distritos sem oferta formativa universitária os candidatos optam pelos institutos politécnicos (Sá et al., 2021).

No caso dos estudantes deslocados do seu agregado familiar, a capacidade de alojamento estudantil por parte das IES parece não conseguir dar resposta à crescente procura. É o caso, por exemplo, da Universidade do Porto, cuja capacidade total das nove residências universitárias é de 1.216 camas, atribuídas, prioritariamente, a estudantes bolseiros. Para tentar colmatar esse desfasamento, um projeto piloto de gestão partilhada de residências, estabelecido entre a referida Universidade, a Federação Académica do Porto e a Câmara Municipal do Porto, prevê o alargamento da capacidade de alojamento através da abertura de mais três residências, com 270 novas camas para estudantes (Universidade do Porto, online).

À data de setembro de 2022, e de acordo com dados disponibilizados pelo Observatório do Alojamento Estudantil (online), existiam cerca de 3.228 quartos disponíveis em todo o país, sendo o seu preço médio de 264€ por quarto, o que representa uma redução de cerca 0,6% do preço médio face ao início do ano. Os complementos de bolsa de estudo atribuídos variam entre os € 77,00 (mensalidade em residência de estudantes) e os € 219,00 (complemento mensal fixado para suportar os custos com alojamento fora de residência). Este valor é, ainda, majorado nas localidades onde a pressão imobiliária mais se faz sentir, designadamente em Lisboa e no Porto, onde atinge um montante de € 285,00 e € 263,00, respetivamente (DGES, online).

De acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministério do Ambiente (2018), à data, havia 42% de estudantes deslocados e 13% de camas por deslocados. Registava-se um total de 192 residências de estudantes, com 15.370 camas e 9.075 quartos (+ 175 quartos adaptados para estudantes com mobilidade reduzida). Esta oferta de alojamento estava distribuída por 31 IES com residências.

METODOLOGIA

Este estudo irá analisar as caraterísticas e dinâmicas da dos estudantes do ensino superior do GP[2] e GL[3]. Os interlocutores privilegiados entre o CIPES (entidade proponente) e os estudantes destas regiões serão:

- A Federação Académica de Lisboa (FAL), que representa um universo de cerca de 74.000 estudantes e que compreende 25 associações de estudantes federadas.
- A Federação Académica do Porto (FAP), que representa um universo de aproximadamente 70.000 estudantes e que agrega 27 associações de estudantes federadas de quatro subsistemas de ensino: universitário público, politécnico público, particular e cooperativo e concordatário.

Os Quadros 1 e 2 do Apêndice 1 detalham as instituições que irão integrar o estudo.

Os dados recolhidos serão analisados através da técnica de análise de conteúdo (no que diz respeito aos dados qualitativos) e estatística inferencial (no caso dos dados quantitativos).

A estratégia metodológica adotada neste estudo é uma abordagem de métodos mistos, combinando a utilização de métodos quantitativos e qualitativos. O propósito de utilizar vários métodos é o de aproveitar os pontos fortes e colmatar os pontos fracos das abordagens qualitativas e quantitativas. Com efeito, um estudo que utilize vários métodos, triangulando, assim, diferentes fontes de dados, é útil quando cada uma das duas abordagens – qualitativa e quantitativa – é insuficiente para investigar questões de pesquisa específicas (Clark & Creswell, 2008). Assim, em termos de instrumentos de recolha de dados, o estudo utilizará como estratégias de investigação:

- análise documental;
- inquérito por questionário;
- grupos de discussão focalizada.
- entrevistas semiestruturadas.

INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

Como resultado da abordagem metodológica selecionada para a condução deste estudo, os instrumentos de recolha de dados são de três tipos, a seguir detalhados.

[2] A Grande Lisboa é composta pelos seguintes nove concelhos: Amadora; Cascais; Lisboa; Loures; Mafra; Odivelas; Oeiras; Sintra e Vila Franca de Xira.
[3] O Grande Porto é composto pelos seguintes 11 concelhos: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Trofa, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

- **Análise documental.** Será levada a efeito uma recolha e análise documental de publicações nacionais e internacionais sobre a temática em estudo. Do mesmo modo, será feito o levantamento e análise de documentos institucionais relevantes sobre as estratégias de apoio aos/às estudantes.

- **Inquérito por questionário** a ser preenchido por uma amostra de estudantes a frequentar as IES participantes no estudo, o qual será desenvolvido e disponibilizado para preenchimento em plataforma online.

- **Inquérito por questionário** a ser preenchido pelos responsáveis dos Serviços de Ação Social (SAS) de todas as IES participantes no estudo, o qual será desenvolvido e disponibilizado para preenchimento em plataforma online.

- **Entrevista a responsáveis institucionais**, como forma de procurar obter a visão sobre a temática em estudo, serão conduzidas entrevistas semiestruturadas a atores institucionais responsáveis pela tutela dos Serviços de Ação Social.

- **Grupos de discussão focalizada** com representantes dos estudantes (associações/federações) e atores institucionais responsáveis pelas estruturas e processos de apoio aos/às estudantes.

IMPACTO SOCIAL ESPERADO

Com o presente estudo pretende-se:

1. Apresentar uma síntese de recomendações, contribuindo para o desenho de políticas públicas de Ensino Superior, nomeadamente de ação social indireta e de fixação do número de vagas;

2. Abrir caminho para melhorar as respostas de ação social indireta atuais e encontrar novas, mais eficientes e em parceria com as diferentes autarquias; e

3. Propiciar a melhor compreensão por parte de IES, autarquias e tutela, dos esforços a desenvolver para uma resposta coletiva.

Ademais, o estudo irá contribuir para reavaliar as posições políticas da FAL e da FAP. Pretende-se apresentar publicamente e conjuntamente os resultados, contribuindo para a valorização do ensino superior e realçando a importância da discussão dos desafios que se colocam ao sistema.

TAREFAS

Para cartografar as dinâmicas socioeconómicas dos/as estudantes do GP e GL, será construída uma base de dados que tomará como ponto de partida a informação fornecida pela DGEEC

através de relatórios regularmente publicados, como o Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior. Este é um inquérito anual, de âmbito nacional, dirigido a todas as IES. Esta base de dados será, ainda, complementada com informação da DGES relativamente ao número de bolsas de ação social e outros tipos de apoio.

Para cartografar os aspetos relacionados com as condições de vida dos estudantes (onde e com quem vivem, espaços de estudo, acesso à internet etc.) e padrões de deslocação (distância entre a casa e instituição de ensino, tipo de transporte, etc.), recorrer-se-á a um questionário de autorresposta a ser aplicado a uma amostra representativa da população. Estes dados poderão, ainda, ser complementados com informação a ser fornecida pelos serviços de transportes público das cidades do Porto e Lisboa.

Tarefa 1: Revisão da literatura

Duração: 1 setembro de 2022 a 30 de novembro de 2022
Participantes: Equipa de investigadores do CIPES e assistente de investigação.

Tarefa 2: Produção dos instrumentos de recolha de dados empíricos

Com vista à recolha de dados, serão produzidos os seguintes instrumentos:
- Inquérito por questionário, a ser implementado a uma amostra de estudantes;
- Inquérito por questionário a ser preenchido pelos responsáveis dos SAS;
- Guião da entrevista a líderes institucionais;
- Guiões dos grupos de discussão focalizada.

Duração: 1 setembro de 2022 a 30 de novembro de 2022
Participantes: Equipa de investigadores do CIPES, assistente de investigação e membros da equipa de investigadores da FAL e FAP.

Tarefa 3: Recolha de dados

- Tarefa 3.1. Implementação dos inquéritos por questionário aos estudantes;
- Tarefa 3.2. Implementação dos inquéritos por questionário aos responsáveis dos SAS;
- Tarefa 3.3. Entrevista a líderes institucionais;
- Tarefa 3.4. Realização dos grupos de discussão focalizada.

Serão utilizadas estatísticas descritivas e inferenciais na prossecução da análise da base de dados. Para isto, serão consideradas variáveis, como: tipo (público/privada) e subsistema de ensino (universitário/politécnico), localização geográfica, ciclo de estudos, área científica do curso e fases de acesso, entre outras.

Duração: 1 dezembro de 2022 a 31 de maio de 2023
Participantes: Equipa do projeto.

Tarefa 4. Análise dos dados qualitativos e quantitativos

Duração: 1 de junho de 2023 a 31 de janeiro de 2024
Participantes: Maria José Sá, Joyce Aguiar, Rui Amaral Mendes e assistente de investigação

Tarefa 5: Sistematização dos resultados e elaboração de recomendações

Compilação dos resultados deste trabalho de investigação num relatório final, com elaboração de recomendações.

Duração: 1 de fevereiro de 2024 a 31 de julho de 2024
Participantes: Equipa do projeto.

Tarefa 6: Disseminação dos resultados

Tarefa 6.1. Sessões públicas de apresentação dos resultados do projeto (no Porto e em Lisboa);
Tarefa 6.2. Participação com comunicação em conferência nacional;
Tarefa 6.3. Participação com comunicação em conferências internacionais;
Tarefa 6.4. Relatório final;
Tarefa 6.5. Artigos em revistas com revisão por pares.

Duração: Durante o último semestre do projeto.
Participantes: Equipa do projeto.

OUTPUTS DO PROJETO

- Uma comunicação numa conferência nacional;
- Três comunicações em conferências internacionais;
- Três artigos em revistas com revisão por pares;
- Dois relatórios de progresso (semestrais);
- Relatório final.

CALENDARIZAÇÃO

Duração do projeto: 1 setembro de 2022 – 31 de julho de 2024

Tarefa 1 e 2: setembro a novembro 2022
Tarefa 3: dezembro 2022 a maio 2023
Tarefa 4: junho 2023 a janeiro 2024
Tarefa 5 e 6: fevereiro a julho 2024

EQUIPA DE INVESTIGADORES

António Magalhães é Professor Catedrático na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, onde é Presidente do Conselho de Representantes Desempenha as funções de Diretor do CIPES – Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior – e coordena aí a investigação no âmbito do tema Políticas ao Nível do Sistema (PNS). Tem vindo a desenvolver projetos de investigação ao nível nacional e internacional no campo do ensino superior. Tem publicado e coeditado livros, assim como artigos em revistas de referência do campo, como Higher Education Policy, Higher Education e Studies in Higher Education. Os seus interesses de investigação situam-se no âmbito da sociologia da educação e da análise das políticas educativas, com ênfase nas relações entre o estado, o sistema europeu de governação e as instituições de educação, particularmente no campo do ensino superior. Desenvolve também trabalho na área dos métodos de análise de políticas educativas, com ênfase na perspetiva da análise do discurso enquanto teoria e método.
https://cipes.pt/user/20/

Joyce Aguiar é doutorada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. É investigadora do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES) e investigadora colaboradora no Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP). Os seus principais interesses de investigação centram-se na compreensão dos processos e contextos que (re)produzem desigualdades, com ênfase nas diferenças associadas à pertença a um grupo específico, tais como género, origem socioeconómica ou etnia. Mais recentemente, tem dedicado os seus estudos ao tópico da experiência de estudantes internacionais no ensino superior em Portugal, utilizando, sobretudo, uma abordagem metodológica quantitativa ou mista.

Maria José Sá é licenciada em Educação pela Universidade do Minho e doutorada em Estudos em Ensino Superior pela Universidade de Aveiro. É investigadora do CIPES – Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior. As suas áreas de investigação incluem, entre outras: satisfação dos estudantes; sucesso dos estudantes; atores institucionais; experiência dos estudantes. Participou em diversos projetos de investigação nas áreas de Marketing, Formação de Professores, Satisfação dos Estudantes e Experiência dos Estudantes do Ensino Superior. Trabalhou, também, na área da garantia de aprendizagem das instituições de ensino superior (Assurance of Learning – AOL) e da acreditação internacional. Tem vários artigos publicados em revistas científicas internacionais, em capítulos de livros e em atas de conferências. É membro do corpo editorial das revistas científicas Sustainability, Palgrave Communications, Science Insights e Science Insights Education Frontiers. Fazem parte dos seus interesses de investigação: satisfação dos estudantes; sucesso dos estudantes; atores institucionais; experiência dos estudantes; estudos de género.
https://cipes.pt/user/17/

Rui Amaral Mendes é professor da Case Western Reserve University (desde 2014) e investigador integrado do CINTESIS/RISE (Laboratório Associado), no grupo de investigação Charter – Desafios e Estratégia em Investigação em Saúde. É, também, investigador do Centro de Investigação em

Políticas do Ensino Superior (CIPES), exercendo atividade profissional no setor privado. Graduou-se pela Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto em 2000 e concluiu o doutoramento em Cirurgia e Patologia Oral e Maxilofacial em 2011, pela VU Universiteit Amsterdam. Foi Diretor Clínico da Clínica Dentária Universitária da Universidade Católica Portuguesa e professor na mesma instituição (2011 a 2015), onde coordenou o Mestrado Integrado em Medicina Dentária e a Pós-Graduação em Patologia Oral e Maxilo-Facial. Lecionou em instituições de ensino em Portugal e noutros países, nomeadamente na University of Michigan. Ocupou vários cargos académicos, pertencendo a várias sociedades científicas (é Fellow da International Association of Oral and Maxillofacial Surgeons e da International Academy of Oral Oncology e membro pleno da American Society of Clinical Oncology). Integra o conselho editorial da Oral Diseases e é Editor Associado do British Medical Journal – Case Reports e do Journal of Oral Pathology and Medicine. É autor (líder ou coordenador) de guidelines internacionais e de artigos científicos publicados em jornais científicos de referência.
https://cipes.pt/user/24

João Machado é licenciado e mestrando em Ciência Política pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, tendo especial interesse nos estudos da democracia. Atualmente, é Presidente da Direção-Geral da Federação Académica de Lisboa e Vice-Presidente do Conselho de Escola do ISCSP. Foi, durante três anos, Vice-Presidente do Conselho Pedagógico do ISCSP e, ainda, Presidente da Associação de Estudantes do ISCSP em dois mandatos, sendo que, anteriormente, tinha já exercício funções como Vogal da Direção.

Bernardo Gouveia é licenciado em Ciência Política pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, frequentando atualmente o mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação na mesma instituição. Desempenha o cargo de Vice-Presidente para a Política Educativa, Ciência e Tecnologia da Direção-Geral da Federação Académica de Lisboa, depois de ter assumido funções enquanto Vice-Coordenador de Política Educativa e Cidadania na Associação de Estudantes do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e de Vice-Presidente do Núcleo de Alunos de Ciência Política.

Ana Gabriela Cabilhas é Presidente da Federação Académica do Porto desde 2021, tendo coordenado a área social e a pasta da empregabilidade e empreendedorismo. Licenciada em Ciências da Nutrição pela Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto em 2019, atualmente frequenta o 2.º ano do Mestrado em Ciências do Consumo e Nutrição da mesma Universidade. Desde a sua entrada no Ensino Superior esteve ligada ao associativismo estudantil, tendo iniciado o seu percurso na Associação de Estudantes da FCNAUP. É representante dos estudantes no Conselho Geral da Universidade do Porto e integra a Mesa de Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Nutrição. Nutricionista, fez o estágio profissional nos Serviços de Ação Social do Politécnico do Porto e o estágio curricular na área da indústria alimentar, na Frulact, tendo apresentado a tese final de licenciatura intitulada “Alternativas vegetais aos lácteos: Perfil nutricional e potencial impacto na saúde”.

Samuel Caetano Vilela é licenciado e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra, onde se encontra a concluir o programa de Doutoramento em Governação,

Conhecimento e Inovação da Faculdade de Economia. Encontra-se dedicado ao estudo do processo de modernização do Ensino Superior europeu e da sua influência nas diferentes dimensões da autonomia universitária. Trabalhou como Assistente Parlamentar no Parlamento Europeu, colabora com a Federação Académica do Porto, no Centro de Estudos e, também, com a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior na certificação de sistemas internos de garantia da qualidade. É membro associado do Observatório Político e da Associação Portuguesa de Ciência Política. Foi dirigente do Conselho Nacional de Juventude e da Associação Académica de Coimbra.

As cinco publicações científicas mais relevantes dos últimos cinco anos de cada elemento da equipa

António Magalhães:

1. Magalhães, A. (2021). Caminhos e dilemas da educação superior na era do digital. *Educação & Sociedade, 42*, e249245. https://doi.org/10.1590/ES.24924527
2. Teixeira, P. N., Shin, J. C., Amaral, A., Bernasconi, A., Magalhães, A. M., Kehm, B. M., Stensaker, B., Choi, E., Balbachevsky, E., Hunter, F., Goastellec, G., Mohamedbhai, G., de Wit, H., Välimaa, J., Rumbley, L., Unangst, L., Klemencic, M., Langa, P., Yang, R., & Nokkala, T. (Orgs.) (2020). *The International encyclopedia of higher education systems and institutions.* Dordrecht: Springer. 2767p. http://dx.doi.org/10.1007/978-94-017- 9553-1
3. Veiga, A., Magalhães, A., & Amaral, A. (2019). Disentangling policy convergence within the European Higher Education Area. *European Educational Research Journal,* 18(1), 3-18. https://doi.org/10.1177/1474904118804429
4. Magalhães, A. (2018). A reconfiguração do mandato político endereçado à educação superior europeia. *EccoS – Revista Científica*, 47, 127-148. https://doi.org/10.5585/EccoS.n47.10692
5. Magalhães, A., Veiga, A., & Videira, P. (2018). Reconfiguring power in Portuguese higher education. *Education Policy Analysis Archives*, 26(135), October 15. ISSN 1068-2341 http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3600

Joyce Aguiar:

1. Aguiar, J., Sequeira, C., Matias, M., Coimbra, S., & Fontaine, A. M. (2020). Gender and perception of justice in housework division between unemployed spouses. *Journal of Family Issues*. https://doi.org/10.1177/0192513X20942823
2. Sá, C., Sin, C., Pereira, F., Aguiar, J., & Tavares, O. (2021). Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior: *Quem são, que escolhas fazem e como acedem ao mercado de trabalho*. Porto: EDULOG – Fundação Belmiro de Azevedo.
3. Silva, E., Aguiar, J., Sá, J. O., Reis, L. P., Gonçalves, J., & Carvalho, V. (2020). Stress among Portuguese medical students: The EuStress solution. *Journal of Medical Systems*, 44. https://doi.org/10.1007/s10916-019-1520-1
4. Sin, C., Tavares, O., Aguiar, J., & Amaral, A. (no prelo). More students and more diverse: New trends in international mobility to Portugal. *Tertiary Education and Management*.
5. Sin, C., Tavares, O., Aguiar, J., Biscaia, R., & Amaral, A. (2021). International students in Portuguese higher education: Who are they and what are their choices? *Studies in Higher*

Education, 1-14. Advance online publication. https://doi.org/10.1080/03075079.2021.1916907

Maria José Sá:

1. Sá, M. J. (2021). 'Welcome to Wonderland'. Integration rituals and ceremonies for higher education first-year students, and lessons for institutions. *European Journal of Higher Education*. https://doi.org/10.1080/21568235.2021.2000881
2. Bakthavatchaalam, V., Sá, M. J., Miles, M., & Baburaj, E. (2021). Are female academics more research resilient? Evidence from South India's engineering institutions. UNESCO Report within the scope of the umbrella project *STEM education for girls and women in Asia-Pacific*. Bangkok: UNESCO.
3. Sá, M. J., Santos, A. I., Serpa, S., & Ferreira, C. M. (2021). Digitainability – Digital competences post-COVID-19 for a sustainable society. *Sustainability, 13*(17), 9564; https://doi.org/10.3390/su13179564
4. Sá, M. J. (2020). 'The secret to success'. Becoming a successful student in a fast-changing higher education environment. *European Journal of Higher Education*. https://doi.org/10.1080/21568235.2020.1777445
5. Sá, M. J., Machado-Taylor, M. L., & Carvalho, T. (2019). "Learning to fly". Higher education students' and institutional leaders' perceptions of the relevance of institutional support mechanisms in their integration process. In R. Pritchard, M. O'Hara, C. Milsom, J. Williams, & L. Matei (Eds.), *The three C-s of higher education. Competition, collaboration & complementarity in higher education* (pp. 151–166). Budapest: Central European University Press.

Rui Amaral Mendes:

1. Queirós, A., Carvalho, T., Rosa, M. J., Biscaia, R., Manatos, M. J., Videira, P., Teixeira, P., Diogo, S., Melo, A. I., Figueiredo, H., & Mendes, R. A. (2022). Academic engagement in Portugal: The role of institutional diversity, individual characteristics and modes of knowledge production, *Studies in Higher Education*. https://doi.org/10.1080/03075079.2022.2042241
2. US, V. R., Jenu, N. D. R. J., Arakeri, G., Nayar, R. C., Kumar, J., & Mendes, R. A. (2021). Knowledge production and translation of science between Academia and Industry: Assessing the impact of R&D in India. *bioRxiv*. https://doi.org/10.1101/2021.05.08.443271
3. Pourshahidi, S., Ghasem Zadeh Hoseini, E., Shirazian, S., Ebrahimi, H., Chiniforush, N., Alaeddini, M., Etemad-Moghadam, S., & Amaral Mendes, R. (2021). The effect of laser bio-modulation on dysplastic lesions, an animal study. Photochemistry and photobiology, 97(4), 865–869. https://doi.org/10.1111/php.13400
4. US, V. R., Arakeri, G., & Mendes, R. A. (2021). SARS-CoV-2 variants in India: A call for genomic surveillance. *BMJ*, 373(1426). https://doi.org/10.1136/bmj.n1426
5. Rao, V., Arakeri, G., Subash, A., Ajaikumar, B. S., Patil, R., Hale, B., & Mendes, R. A. (2021). decreased cancer consultations in the COVID-19 era: A concern for delay in early cancer diagnosis in India. *JCO Global Oncology*, 7, 408-409. https://doi.org/10.1200/GO.21.00030

Ana Gabriela Cabilhas:

1. Inovação pedagógica: *Ventos de mudança no ensino superior* (Centro de Estudos da FAP, 2021). Disponível em http://inovacaopedagogica.fap.pt/docs/FAP_Estudo_InovacaoPedag%C3%B3gica.pdf
2. Plano Estratégico 20-30 dos SAS do P. Porto (Ordem dos Nutricionistas, 2020). Disponível em https://www.sas.ipp.pt/docs-pub/alimentacao/plano-estrategico-20-30/
3. Alternativas vegetais aos lácteos: *Perfil nutricional e potencial impacto na saúde* (FCNAUP, 2019).

Projetos financiados

1. Projeto "Observatório da educação", Fundação Belmiro de Azevedo, EDULOG, outubro 2016 – outubro 2019 [António Magalhães e Maria José Sá, membros da equipa].
2. Projeto "Avaliação nacional da satisfação dos estudantes do ensino superior", FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, fevereiro 2006 – janeiro 2009 [António Magalhães, Coordenador; Maria José Sá, membro da equipa].
3. Membro da equipa de investigadores do projeto Reducing Early School Leaving in the European Union (RESleu). O projeto foi aprovado e financiado no âmbito do 7º Programa Quadro THEME [SSH.2012.1.1-1] Education Systems in the 21st century - collaborative Project. Foi gerido no âmbito do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. A investigadora responsável foi a Profa. Helena Costa Araújo. Pretendendo identificar e analisar as combinações específicas de variáveis e contextos que influenciam o processo de abandono precoce da escola. Assumiu uma perspectiva comparativa, envolvendo nove países e nove centros de investigação (Bélgica, Reino Unido, Suécia, Portugal, Países Baixos, Polónia, Espanha, Áustria, Hungria). Iniciou-se em janeiro de 2013 e terminou em janeiro de 2018 (ref.: RESL.eu/Proj. number: 320223). Financiamento global: 6 450 393,87; financiamento CIIE/FPCEUP: € 492 447. Deste projeto resultaram relatórios e publicações (ver secção 'Publicações').

BIBLIOGRAFIA

Clark, V. L. P., & Creswell, J. W. (2008). *The mixed methods reader*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

DGEEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência) (online,a). *Vagas e inscritos*. Disponível em https://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatVagasInsc/ (consultado em 22 de março de 2022).

DGEEC (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência) (online,b). *Rede atual de estabelecimentos do ensino superior*. Disponível em https://www.dgeec.mec.pt/np4/38/?form (consultado em 22 de março de 2022)

DGES (online). *Alojamento estudantil – Ensino superior 2021/22*. Disponível em https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/alojamento-estudantil-ensino-superior (consultado em 21 de março de 2022).

DZHW (Ed.) (2018). Social and *economic conditions of student life in Europe: Synopsis of indicators. EUROSTUDENT* VI 2016–2018. Bielefeld: wbv Media GmbH.

DZHW (Ed.) (2021). Social and economic conditions of student life in Europe. *Eurostudent VII synopsis of indicators 2018-2021.* Bielefeld: wbv Media GmbH.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministério do Ambiente (2018). *Plano nacional para o alojamento no ensino superior*. Diagnóstico e monitorização. Disponível em https://www.dges.gov.pt/pt/noticia/plano-nacional-para-oalojamento- no-ensino-superior (consultado em 21 de março de 2022).

Observatório do Alojamento Estudantil (online). *Alojamento estudantil. Índice de preços*. Disponível em https://wwwcdn.dges.gov.pt/sites/default/files/alfredo_student_report_20220304.pdf.pdf (consultado em 21 de março de 2022).

OCDE (2021). *Education at a Glance 2021*. OECD indicators. Paris: OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en

Portal Autárquico (online,a). *Área Metropolitana de Lisboa*. Disponível em http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/entidades-locais/areasmetropolitanas/ area-metropolitana-de-lisboa/ (consultado em 22 de março de 2022).

Portal Autárquico (online,b). *Área Metropolitana do Porto*. Disponível em http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/entidades-locais/areas32 metropolitanas/area-metropolitana-do-porto/ (consultado em 22 de março de 2022).

Rome Communiqué (2020). *EHEA ministerial conference Rome 2020*. Rome: EHEA Higher Education Area. https://ehea.info/page-ministerial-declarations-and-communiques

Sá, C., Sin, C., Pereira, F., Aguiar, J., & Tavares, O. (2021). *Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior: Quem são, que escolhas fazem e como acedem ao mercado de trabalho*. Porto: EDULOG – Fundação Belmiro de Azevedo.

United Nations (online). *Sustainable Development Goals*. Disponível em https://www.un.org/sustainabledevelopment/gender-equality/ (consultado em 18 de março de 2022).

Universidade do Porto/SASUP (2022). *Alojamento.* Disponível em https://sigarra.up.pt/sasup/pt/web_base.gera_pagina?P_pagina=276077 (consultado em 21 de março de 2022).

APÊNDICE 1

Quadro 1. Instituições de ensino superior da Grande Lisboa a integrar o estudo

Ensino superior público			Ensino superior privado	
Universitário	Politécnico	Militar e policial (univ. e polit.)	Universitário	Politécnico
Universidade de Lisboa	Instituto Politécnico de Lisboa	Instituto Universitário Militar	Universidade Católica Portuguesa	Academia Nacional Superior de Orquestra
Universidade Nova de Lisboa	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna	Instituto Superior de Gestão	Escola Superior de Actividades Imobiliárias
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril		Atlântica – Instituto Universitário	Escola Superior de Educação Almeida Garrett
Universidade Aberta	Escola Superior Náutica Infante D. Henrique		Universidade Lusíada	Escola Superior de Saúde Atlântica
			Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	Instituto Politécnico da Lusofonia
			Universidade Europeia	Instituto Politécnico da Lusofonia - Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches
			Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	Universidade Católica Portuguesa - Escola de Enfermagem
			ISPA-Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida	Escola Superior de Educação de João de Deus
				Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa
				Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa
				Escola Superior de Enfermagem S. Francisco das Misericórdias
				Escola Superior de Saúde do Alcoitão

				Instituto Superior de Novas Profissões
				Instituto Português de Administração de Marketing de Lisboa
				ISCE – Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo
				ISEC Lisboa – Instituto Superior de Educação e Ciências

Fonte: DGEEC (online,b).

Quadro 2. Instituições de ensino superior do Grande Porto a integrar o estudo

Ensino superior público			Ensino superior privado	
Universitário	Politécnico	Militar e policial (univ. e polit.)	Universitário	Politécnico
Universidade do Porto	Instituto Politécnico do Porto	---	Universidade Católica Portuguesa	ISLA - Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia
	Escola Superior de Enfermagem do Porto	---	Escola Superior Artística do Porto	Escola Superior de Artes e Design
			Universidade Lusófona do Porto	Instituto Superior Politécnico Gaya
			Universidade Fernando Pessoa	Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro
			Universidade Lusíada – Norte	Universidade Católica Portuguesa – Escola de Enfermagem
			Universidade da Maia – ISMAI	Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Vila Nova de Gaia
			Instituto Superior de Serviço Social do Porto	Instituto Superior de Tecnologias Avançadas do Porto
			Universidade Portucalense Infante D. Henrique	Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti
			Instituto Universitário de Ciências da Saúde - CESPU	Escola Superior de Saúde de Santa Maria

				Atlântico Business School
				Instituto Português de Administração de Marketing do Porto
				Instituto Superior de Administração e Gestão
				Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo

Fonte: DGEEC (online,b).

EDULOG